

**AS RELAÇÕES DE TRABALHO DA MATA NORTE PERNAMBUCANA
CONTADAS POR UM FOLGUEDO: BRINCADEIRA OU REALIDADE?**

**THE WORKS RELATIONS DESCRIBED THROUGH
A PERNAMBUCO'S MERRIMENT: JOKE OR TRUTH?**

**Mariana Fernandes da Cunha Loureiro Amorim¹
Débora Coutinho Paschoal Dourado²**

Resumo:

A Zona da Mata Norte de Pernambuco área em que foi construído um processo de exploração baseado na concentração fundiária aguda, no predomínio da monocultura da cana-de-açúcar e na herança escravista é caracterizada por uma estrutura socioeconômica que favorece a existência de fortes tensões sociais relacionadas às relações de trabalho. Neste contexto, surge o folguedo do Cavalo Marinho, que expressa um discurso simbólico sobre a realidade de um universo através de elementos resistentes e conformados à ordem estabelecida. Esta pesquisa se propôs a investigar como são representadas as relações de trabalho típicas desta Zona no enredo do Cavalo Marinho transcrito por Oliveira (2006). Para responder ao problema posto, utilizou-se o método qualitativo, através da análise de conteúdo do referido enredo. Observações, vivências e entrevistas feitas em campo foram métodos complementares adotados para permitir a compreensão do brinquedo. A análise dos resultados permitiu apontar a presença de traços característicos das relações trabalhistas no folguedo, tais como: hierarquia, patriarcalismo, patrimonialismo, pessoalidade, violência patronal e malandragem.

Palavras-chaves: Relações de Trabalho; Pernambuco; Zona da Mata Norte; Cultura Popular, Cavalo Marinho.

Artigo recebido em 24/09/2009, aprovado em 18/03/2011.

Este artigo foi realizado a partir de um projeto de iniciação científica, apoiado pelo CNPq.

¹ Graduanda em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco. Bolsista de Iniciação Científica PIBIC-CNPq. Endereço: Rua Doutor José Maria, 947/601 - Encruzilhada, Recife/ PE; CEP: 52041-000. E-mail: marifclamorim@gmail.com

² Doutora em Administração pela UFPE. Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração (PROPAD) da UFPE. Endereço: Avenida Boa Viagem, 4424/301- Boa Viagem, Recife/PE; CEP: 51021-000. E-mail: dcpdourado@gmail.com

Abstract:

Pernambuco's countryside, which is founded in a process of exploration based on acute land concentration, predominance of sugar cane monoculture and slavery legacy, is characterized by a socioeconomic structure that incites social tensions related to work relations. It's in this context that Cavalo Marinho's manifestation emerges, expressing a symbolic discourse about the reality. This research tries to understand how typical work relations are represented on a specific Cavalo Marinho's plot, transcribed by Oliveira (2006). To answer this question the qualitative method was used, through dialogues content analysis. The observations and interviews made in camp were used to allow a better comprehension of the manifestation. The results shown up with some typical work relation's aspects as: hierarchy, patriarcalism, patrimonialism, personality, violence against employees and hustling

Key words: Work relations; Pernambuco; Popular Culture; Cavalo Marinho.

1 INTRODUÇÃO

‘Bumba-meu-boi’ é a designação conferida às danças dramáticas que têm como elemento central a morte e a ressurreição do boi e que provavelmente surgiram na zona rural do Nordeste (CAMAROTTI, 2001). Uma vez que o nome ‘Bumba’ derivava do uso do tambor ‘Bombo’ nas apresentações e que os brincantes pernambucanos não utilizavam esse instrumento, teriam escolhido um nome específico para a brincadeira local, advindo de outra figura considerada como mais importante: o Cavalo Marinho (MURPHY, 2008).

O Cavalo Marinho é uma manifestação composta por 76 figuras divididas em 63 passagens que envolvem música, dança e teatro, sendo um registro da memória coletiva sobre relações sociais estabelecidas em momentos cronológicos dispersos. Uma vez que é característica da zona da mata norte de Pernambuco (ARAÚJO, 2003), área em que foi construído um processo de exploração baseado na concentração fundiária aguda, no predomínio da monocultura da cana-de-açúcar e na herança escravista (ACSELRAD, 2002) e que os brincantes são, em sua maioria, cortadores de cana, a brincadeira termina por representar as condições de vida e trabalho da região, de forma que a maioria das figuras humanas representa uma profissão específica. Profissão esta que aparece como um elemento atrelado à sobrevivência e que confere à figura uma justificativa de ser e estar no mundo (OLIVEIRA, 2006).

A escolha de uma manifestação cultural para entender processos relacionados ao trabalho justifica-se porque a liberdade que o trabalhador rural tem na elaboração de sua própria cultura é maior do que a que possui em relação à sociedade, sendo que aquela se torna uma fonte para entender seu universo moral (MURPHY, 2008).

Nesta pesquisa buscamos analisar e entender as representações produzidas pelos brincantes acerca das condições de trabalho vivenciadas na zona da mata, através do enredo do Cavalo Marinho Estrela de Ouro (Condado/PE), considerando que o brinquedo é um discurso simbólico e expressivo de posições na estrutura

social, sobre a própria estrutura - sem ser, entretanto, necessariamente coerente ou funcional, pois que o universo do ritual é o do puramente ideológico (DAMATTA, 1997).

É importante ressaltar que pretendemos utilizar os termos adotados por aqueles que efetivamente produzem o Cavalo Marinho. Sendo assim, substituímos os termos *ator*, *personagem*, *espaço teatral* e *espetáculo* por *brincante*, *figura*, *roda* ou *terreiro* e *brincadeira*, *brinquedo* ou *folgado*.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica deste artigo foi dividida em três partes que explicitam diferentes perspectivas acerca do estudo proposto. Na primeira seção apresentamos modelos e propostas de análises de traços culturais brasileiros no ambiente de trabalho. Em seguida, um panorama histórico que permite a caracterização específica das relações de trabalho na região estudada. Por último, a revisão bibliográfica acerca do Cavalo Marinho, que explicita sua função social e a ambigüidade inerente à sua formatação.

2.1 Cultura e trabalho no Brasil

Em seu trabalho sobre os traços brasileiros para uma análise organizacional, Freitas (1997) lista cinco principais traços nacionais que são determinantes no campo organizacional, os quais são: hierarquia, personalismo, malandragem, sensualismo e o traço aventureiro.

A hierarquia estaria associada à tendência à centralização do poder dentro dos grupos sociais, a um distanciamento nas relações de diferentes grupos e a uma passividade e aceitação nos grupos inferiores. O personalismo, por sua vez, residiria na base formada em cima das relações pessoais, na busca de proximidade e no domínio, além de econômico, moral, por parte das classes dominantes (FREITAS, 1997).

O sistema brasileiro iguala num plano, através de relações pessoais e hierarquiza no outro, através da própria concentração do poder. Isto causaria um

sentimento de compensação e complementaridade entre as classes, facilitando a tomada de consciência vertical, entre o empregado e o patrão. Neste sentido, a própria hierarquia parece estar baseada na intimidade social – na aproximação que determinada pessoa tem com aqueles que formam um círculo de poder. As relações de trabalho que se iniciam num eixo econômico, logo se transpassam para um eixo mais pessoal – o que terminaria por inibir os próprios conflitos inerentes de um sistema de diferenciação social (DAMATTA, 1997).

O traço da malandragem estaria associado à capacidade de flexibilidade e adaptabilidade no meio social, ao chamado ‘jeitinho brasileiro’ (FREITAS, 1997). Para Motta (1997), o jeitinho estaria associado a uma prática cordial que busca personalizar as relações e estaria próximo à malandragem, que por sua vez implicaria na atitude de ‘tirar vantagem’, ‘passar para trás’ e ‘enganar’.

Utilizando alguns dos traços citados acima e acrescentando outros, Prates e Barros (1997) buscam produzir um modelo de ação cultural brasileiro, onde estão presentes quatro subsistemas - formal, pessoal, dos líderes e dos liderados - que em suas inter-relações produzem traços culturais comuns tais como: concentração de poder, postura de espectador, personalismo, fuga de conflitos. Além destes, seriam produzidos traços culturais especiais, responsáveis pela não-ruptura do sistema, tais como: paternalismo, formalismo, flexibilidade, lealdade pessoal e impunidade.

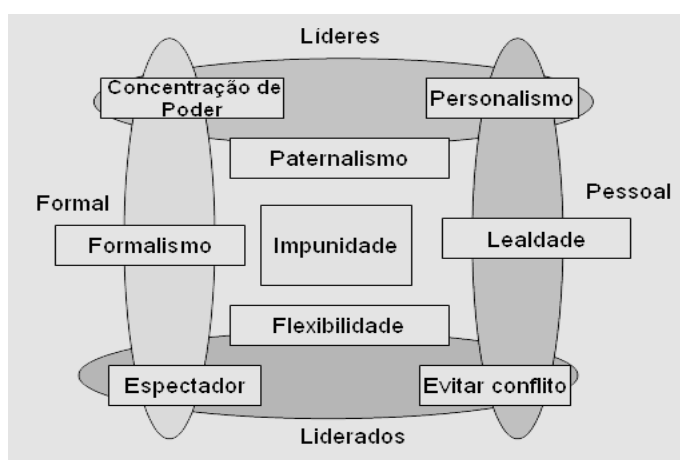


Figura 1: Modelo de ação cultural proposto por Barros e Prates (1997)

Fonte: Prates e Barros (1997)

No subsistema dos líderes encontramos: a concentração de poder, o personalismo e o paternalismo. O paternalismo será o traço descrito neste momento, uma vez que os outros dois traços já foram devidamente explicitados. Este traço específico possui duas faces: Patriarcalismo (face afetiva) e Patrimonialismo (face hierárquica) (PRATES; BARROS, 1997). O patrimonialismo pode ser definido como a apropriação do que é público pelo privado (MARTINS, 1997). No patriarcalismo, por sua vez, há a exaltação da figura paterna. O patriarca tornava-se, nesses moldes, uma referência, tanto para aqueles que eram da família como para aqueles que se reuniam em torno dele a fim de adquirir alguma proteção, numa relação de dependência, com vínculos que poderiam ser familiares, econômicos ou afetivos (DAVEL; VASCONCELOS, 1997).

O subsistema dos liderados, em contrapartida, é caracterizado pela postura de espectador, pela inibição de conflitos e pela flexibilidade. A inibição de conflito, de acordo com Prates e Barros (1997) estaria associada à alienação, a baixa motivação e a passividade presentes num sistema em que existe uma desigualdade exorbitante de poder além de uma alta dependência. Neste sistema a situação de conflito latente seria tratada através das relações pessoais e da lealdade. DaMatta (1997) também classifica o Brasil enquanto um local em que as pessoas são 'avessas a crises', uma vez que o sistema social seria extremamente voltado para a hierarquia, vista como algo natural, enquanto os conflitos seriam irregularidades.

Já a postura de espectador remete ao mutismo, não como a inexistência de resposta, mas como uma resposta em que falta teor crítico. Esta postura estaria relacionada ao desenvolvimento do brasileiro num ambiente paternalista, o que propiciaria uma atitude de baixa iniciativa (PRATES, BARROS, 1997).

A atribuição de traços como os descritos acima às classes dominadas é criticada por Chauí (2001), que afirma que os intelectuais têm a tendência de minimizar o papel da repressão e do medo, usando apenas o da alienação para recobrir os explorados, conceituando-os por fim como 'despolitizados'. De acordo com Bosi (*apud* CHAUI, 2001), o conceito de 'mobilização' não serve para captar as atitudes políticas do proletariado, pois que estes estão simultaneamente

conformados e inconformados com a situação em que se encontram – por acreditarem-se impotentes, tornam-se fatalistas e assim escondem um profundo inconformismo.

A flexibilidade seria resultado da postura de espectador e da inibição de conflitos. Este seria um traço que apresentaria duas faces: criatividade e adaptabilidade. Sendo que a primeira apresentaria um elemento inovador em si e segunda remeteria a um processo de ajustamento que cria novos hábitos condizentes com as regras vigentes.

Os traços que ligam os subsistemas dos líderes e liderados são o formalismo e a lealdade pessoal. Enquanto o formalismo refere-se à discrepância entre as normas e regras vigentes no país e as práticas exercidas no cotidiano do mesmo, a lealdade pessoal está ligada à valorização dos líderes, sendo um forte mecanismo de coesão, que pode inclusive ultrapassar o âmbito da confiança para o da identificação e imitação do líder. Além destes, o último elemento descrito é o da impunidade, que atua como um conector de todo o sistema que garante a não punição dos líderes (PRATES; BARROS, 1997).

Esses traços da cultura brasileira estão fortemente representados e registrados no Cavalo Marinho. Entretanto, consideramos que a aplicação desses modelos não pode ser rígida, a fim de evitar que se transformem num estereótipo capaz de cegar a visão para nuances determinantes das relações em estudo.

2.2. As relações de trabalho na Zona da Mata: alinhavo histórico

O contexto histórico foi remontado a partir de uma cronologia de fases relevantes: (i) Engenhos do período colonial com mão de obra escrava; (ii) Momento de transição da mão de obra escrava para mão de obra proletarizada, conhecido como período da Morada, com mão de obra composta principalmente por ‘Moradores’; e (iii) Período das Usinas com mão de obra proletarizada. É necessário entender que estas etapas não são episódicas - assim, em momentos de transição elas se sobrepõem e convivem mutuamente.

(i) Período Colonial

No período colonial, que se inicia com a abolição da escravatura e subsiste até meados da década de 70a dispersão territorial dos capitães e colonos teria contribuído para fixar em suas casas territoriais a autoridade política. Desde esta época, instaurou-se no Brasil uma sociedade aristocrática dividida em classes, em que se destacava a posição do Senhor de Engenho, seguida em ordem de hierarquia pelos lavradores (que tinham melhor situação por cultivar o produto-rei de exportação, a cana-de-açúcar, mas podiam sofrer abusos de poder por parte do grande patriarca), moradores (roceiros que cultivavam produtos de subsistência), empregados (que recebiam salários do senhor-de-engenho) e escravos (considerados como coisa e tinham um tratamento semelhante ao dispensado aos bois e cavalos) (ANDRADE, 1998).

Como não existia espaço para homens livres e sem posses na sociedade brasileira, eles se agregavam à figura do Senhor, ao seu círculo de relações, o que terminava por aumentar seu poder (HOLANDA, 1995), tornando-o referência absoluta, inclusive para os escravos, pois tudo se passava sob sua influência e dominação. Eles organizavam a unidade produtiva e a família da mesma maneira, tendo poder total em ambas as esferas do que resultava que a estrutura familiar centrada na figura paterna se estendia aos dependentes agregados do patriarca (PAES; VASCONCELOS, 1997).

(ii) Período da Morada

Neste período, o morador, que já existia desde o período colonial como uma reserva de mão-de-obra, torna-se a principal forma de contratação. Ele é relacionado a formas pré-capitalistas de extração do sobre-trabalho como, por exemplo, o assalariamento não-monetário, através da permissão para produção de alimentos em sítios e do acesso a rios e matas.

A Morada foi uma opção enquanto não havia condições de ocorrer o transporte pendular dos trabalhadores e também porque não era possível arcar de outra maneira com os custos da reprodução da força de trabalho (DABAT, 2008).

Além de créditos institucionais e de incentivos governamentais, o fato de que os trabalhadores começavam a ser encarados como uma ameaça incentivou o abandono do sistema da Morada pelos proprietários. As lutas iniciadas a partir do momento em que elementos considerados *concessões* dos proprietários passaram a representar *direitos* a serem mantidos pelos trabalhadores contribuíram para o fim da relação personalizada entre patrão e empregado e da própria Morada (SIGAUD, 1979).

Sigaud (1979) lembra que no caso da Morada, a sujeição aos mandos do proprietário é *legítima* e naturalizada porque a terra funciona como contrapartida, como um privilégio que dissimula a situação de exploração. Os trabalhadores veriam como legítimo o chamado para trabalhar a qualquer momento, assim como o veria os patrões. Entretanto, a partir do momento em que o trabalhador passa a ser privado do sítio ou do roçado dentro do sistema da Morada, ou seja, permanecendo sujeito em horário integral às ordens do proprietário, esta sujeição assume uma dimensão de *cativeiro* (SIGAUD, 1979).

(iii) Período das Usinas

A transição dos Engenhos para as Usinas inicia-se em 1920 e consolida-se em 1940. A consolidação do sistema das Usinas representou para os Moradores uma expropriação de condições de produção presentes no sistema da Morada. O trabalhador perde o vínculo trabalhista anterior e passa a se ligar ao proprietário através de outras vias, representadas pelo 'empreiteiro', fato que demonstra que o proprietário rompeu a relação personalizada (SIGAUD, 1979). No entanto, esta modificação "não é um movimento que indique ruptura com o trabalho na cana, uma vez que os que se encontram fora dos engenhos para lá regressam diariamente a fim de exercer o mesmo tipo de tarefa que exerciam enquanto moradores" (SIGAUD, 1979, p. 34).

A proletarianização dos camponeses, entretanto, só se concretiza a partir de 1975 – período em que a expulsão dos Moradores ganha proporções gigantescas. As condições de trabalho deste novo período são *reapropriações* de elementos

mediadores da relação patrão/empregado, presentes no passado da *plantation*. Tais elementos facilitam a dominação sobre os trabalhadores, porque permitem a legitimação do sistema. Eles reaparecem sob formas que permitem que as novas relações sejam representadas como o fim do *cativeiro* e associadas a sensações de liberdade (SIGAUD, 1979).

Com base no referencial levantado, apresentamos o *Quadro 1* que resume alguns principais traços característicos relacionados a cada período histórico, cujo critério de seleção foi a associação dos mesmos ao contexto de relações do folgado do Cavalo Marinho.

QUADRO I - CATEGORIAS DE ANÁLISE DO CAVALO MARINHO	
Período Histórico	Traços Característicos
Relações características do período colonial	Patrimonialismo Patriarcalismo Personalismo Autoridade política local – fator centralizador Escravidão Hierarquia
Relações características do período da morada	Patriarcalismo Patrimonialismo Personalismo Relações de lealdade Autoridade local Pagamentos não monetários – barracão, casa, sítio, etc. Legitimidade da sujeição
Relações características do período das usinas	Menor ligação com o proprietário, e sim com o empreiteiro Relações impessoais Proletarização Vínculo trabalhista através do empreiteiro Sujeição integral como sinônimo de cativeiro

Fonte: as autoras

Este remonte histórico permitiu identificar as principais mudanças ocorridas nas relações de trabalho da zona da mata. A figura do trabalhador passou por transformações, desde o escravo, passando a morador, a empreiteiro, até ao proletário do campo. No folgado, de forma lúdica, estas figuras se transmutam e ganham significado social através de uma memória sobre as condições de trabalho impostas.

2.3. O Cavalo Marinho: a memória dos silenciados

Neste trabalho, evitamos delimitar o Cavalo Marinho enquanto uma brincadeira de crítica social às classes superiores ou enquanto manifestação de uma cultura dominada, reprodutora dos pensamentos pregados pela elite (CHAUÍ, 2001). Ao contrário, buscamos uma perspectiva que deixa transparecer a ambigüidade típica da cultura popular, uma vez que a criação de dicotomias contribuiria para deformar a análise da realidade social no sentido que melhor convém à ideologia do pesquisador (CHAUÍ, 1989).

Murphy (2008) ressalta, com base nas entrevistas que realizou, que a sátira feita no Cavalo Marinho se dirige mais aos empregados que não cumprem seus deveres, do que ao abuso de poder por parte dos patrões – sendo esta última a forma mais comum de se iniciar uma interpretação do brinquedo. Isto levou o autor a acreditar que a brincadeira representa a visão moral dos participantes e que inclui a manifestação de *protestos*, mas também implícitos *reforços* das relações de poder estabelecidas na região. A interação social produz, neste sentido, uma compreensão específica da realidade, que é aceita e internalizada, constituindo uma consciência moral coletiva acerca do homem e seu lugar no universo (CAMAROTTI, 2001).

O Cavalo Marinho tem como assunto central a autoridade tradicional e as relações de trabalho. Relações estas que são altamente hierárquicas e carregadas com expectativas de comportamentos apropriados para patrões e empregados. O brinquedo torna-se, portanto, uma forma de dramatizar os modos corretos e incorretos de atuação dos patrões e empregados, de maneira que os patrões podem ser classificados enquanto 'bons' ou 'maus', sem que disso resulte uma crítica ao sistema de patronato ou às desigualdades da região (MURPHY, 2008). Esta forma de classificação corrobora com a explicação de que o sistema social no Brasil permitiria classificações de caráter moral que ultrapassassem o eixo econômico (DAMATTA, 1997).

Além disso, o Cavalo Marinho ajudaria as pessoas a conviverem com as difíceis situações impostas uma vez que possui um efeito genuinamente catártico

que as estimularia a fazerem o que é socialmente necessário, funcionando como uma forma de *sublimação* das opressões. Isto aconteceria porque, por ser uma 'ação reparadora', busca a *conciliação* entre os grupos que se opõe e o alcance da paz (CAMAROTTI, 2001).

A 'ação reparadora' é um ritual simbólico que tenta responder a um conflito permanente, característico de uma comunidade. Neste caso, é resultado direto da opressão constante exercida pelos brancos aos negros desde tempos coloniais, que teria gerado uma *crise* na cultura negra. O objetivo de tal ação simbólica seria o de restaurar a ordem, limitando a crise, ajudar os explorados a enfrentar esta forma de organização social e funcionar como uma proposta simbólica de mudança, além de ser um veículo de afirmação do orgulho e restauração da integridade de seus produtores (CAMAROTTI, 2001).

Mesmo com os reforços à manutenção da estrutura vigente, o brinquedo também faz críticas às elites locais. Entretanto, a violência característica da mata norte pernambucana, da qual resulta a repressão e o medo, impõe limites às críticas que podem ser realizadas, de tal modo que elas terminam por ser feitas de modo *velado* (MURPHY, 2008). Desta maneira, os códigos utilizados na brincadeira e seus significados não podem se estender facilmente a quem é *de fora* do mundo dos brincantes - a elite e as autoridades não podem nem devem compreender na sua totalidade a brincadeira, censurá-la ou restringi-la – o que termina por criar um espaço de liberdade em que o humor toma forma de crítica social sem acarretar necessariamente punições (CAMAROTTI, 2001). Mas este humor não se restringe às figuras que representam os opressores na vida real, mas abrange a todas, de forma que Mateus, Bastião, Catirina e outras figuras que representam a classe explorada são também alvos de ridicularização.

O brinquedo, portanto, conformado e resistente, não reflete a perspectiva de classe dominante, sendo uma resposta à opressão e o estímulo à proposição de uma nova realidade, constituindo assim uma forma permanente de manifestação de resistência social e cultural (CAMAROTTI, 2001)

3 O CAMINHAR DA PESQUISA

Na pesquisa de que conta este artigo, adotamos uma abordagem qualitativa de investigação, considerada como perspectiva própria para investigar e compreender fenômenos socialmente construídos. Ela, portanto, é caracterizada como do tipo exploratório-descritiva. Exploratório na medida em que pesquisas que investiguem relações de trabalho representadas por manifestações culturais constituem-se uma lacuna na literatura e descritivo porque realiza uma descrição das características destas relações por meio do brinquedo folclórico do Cavalo Marinho (RICHARDSON, 1999).

O enredo do Cavalo Marinho *Estrela de Ouro*, de Condado/PE, transcrito por Oliveira (2006) foi utilizado como base deste estudo por ser uma fonte de informações extremamente completa e articulada, que permite ter uma noção da brincadeira como um todo, o que é bastante difícil na observação em campo, já que as apresentações costumam ser bastante curtas ou apresentam apenas algumas figuras e diálogos. Entretanto, também nos baseamos, para complementar a análise, em dados obtidos durante apresentações de cavalos marinhos como: Estrela da Manhã, Boi Matuto e Boi Pintado.

A interpretação do mesmo foi feita através do método de análise de conteúdo e a comparação própria desta análise se deu predominantemente entre os enredos e categorias exógenas relacionadas a conceitos apresentados no referencial teórico. A unidade de registro escolhida foi o tema, pois que pareceu mais apropriada para delinear valores, atitudes e crenças daqueles que produzem as mensagens, uma vez que a realidade do tema é de ordem psicológica, buscando sempre o sentido atribuído às frases. Este sentido atribuído ao texto, entretanto, não pode ser tomado como o sentido do texto em si, mas essencialmente como a experiência do pesquisador (RICHARDSON, 1999). As figuras do brinquedo foram classificadas de acordo com diferentes indicadores sociais e econômicos a fim de permitir a contextualização dos dados (FRANCO, 2007).

A triangulação foi uma técnica utilizada para permitir validar os achados, baseando-se no uso de métodos complementares para certificar que os achados

apontados por um método podem ser validados pelas inferências de outros, utilizando, assim, de várias formas de percepção que terminam por permitir uma maior compreensão do fenômeno estudado (STAKE, 2000). Foi a nossa vivência durante apresentações de grupos de Cavalos Marinhos e participação em encontros e festividades dos brincantes que viabilizaram as observações e as entrevistas como técnicas complementares.

Para facilitar a sistematização de informações escolhemos dois momentos específicos da brincadeira, representativos das relações de trabalho, e seis figuras, visto ser impossível abarcar a variedade de situações propostas no brinquedo. Para fins deste artigo, os escolhidos primários foram: Mateus, Bastião e o Capitão. Como figuras secundárias relacionadas a ações importantes desencadeadas na cena, ou para efeito de contextualização, foram também expostos os papéis de: Galantes, Soldado da Gurirta, Catirina e o Cobrador.

Uma vez que este trabalho se propõe a identificar e descrever as relações de trabalho representadas no folguedo do Cavalos Marinhos, a análise de conteúdo foi utilizada através de indicadores capazes de demonstrar traços destas relações, fazendo posteriormente seus respectivos encaixes em determinados períodos históricos, com base no *Quadro 1* apresentado anteriormente.

4 COMPREENDENDO AS RELAÇÕES ESTABELECIDAS NO BRINQUEDO

4.1 Apresentação das figuras

Para conhecer as predeterminações e motivações de figuras e heróis do Cavalos Marinhos, iniciaremos por uma análise do 'ponto de partida' das mesmas, como propunha DaMatta (1997). Para Mateus e Bastião este ponto é marcado pela carência e pela busca de recursos de sobrevivência. Isso pode ser percebido quando Mateus afirma que ele e sua mulher, Catirina, "moram onde ninguém mais mora" (OLIVEIRA, 2006, p. 274), e que ele está "caçando serviço" (ARAÚJO, 2003, p. 29). A composição familiar dos dois ainda pode reforçar nas figuras traços de pobreza, uma vez que eles não têm filhos. As famílias com muitos filhos geralmente possuem condição econômica superior angariada pela renda per capita familiar

auferida no trabalho no canavial. Entretanto, Mateus é casado, o que, além de torná-lo potencialmente capaz de construir uma família com muitos filhos, garantiria a ele alguns benefícios, se dentro do período da Morada, tais como o de possuir um 'sítio' (DABAT, 2008).

Podemos dizer que Mateus e Bastião são livres no sentido que são vendedores da força de trabalho. Se por um lado Mateus e Bastião não podem ser compreendidos na condição de escravos, a partir da acepção colonial do termo, não se pode, por outro, afirmar que os trabalhadores da região açucareira possam ser considerados como homens livres. A relação de dependência político-econômica entre patrão-empregado configura um paradoxo à sua condição de liberdade aparente (SIGAUD, 1979; ACSELRAD, 2002) e talvez por isto os brincantes continuem a utilizar a denominação de 'escravos' para as duas figuras.

Mesmo com a utilização do termo 'escravo', os diálogos mostram que eles de fato vendem seu trabalho, a exemplo do momento em que Mateus discute com o Capitão o pagamento de uma "empeleitada"ⁱ (OLIVEIRA, 2006, p. 274). Muito embora possamos observar a presença deste termo durante a negociação entre o Capitão e a maioria das figuras, isto não significa necessariamente que esteja se referindo à empreitada enquanto forma de vínculo trabalhista em que existe uma mediação externa entre o patrão e o trabalhador - o empreiteiro-, uma vez que o termo parece ser usado na brincadeira como o sinônimo de um acordo financeiro (OLIVEIRA, 2006). Ao contrário da 'empreitada' encontrada na literatura, este acordo, denominado também de 'empreitada', é feito diretamente entre o Capitão e aquele que executará o serviço. Podemos, portanto, inferir que os brincantes tenham adotado o termo na brincadeira a partir da popularização desta forma de denominação do vínculo trabalhista – afinal os diálogos incluem uma dose de improviso no qual o cotidiano está sempre se inserindo.

O Capitão, por sua vez, concentra em suas mãos todo o poder e possui um extenso círculo familiar formado pelos Galantes, não necessariamente filial, uma vez que o termo "papai" (OLIVEIRA, 2006, p. 268) pode ser uma referência à presença de um relacionamento paternalista entre eles. Corroborando com essa perspectiva,

percebemos que, mesmo sendo ricos e livres, os Galantes devem respeito e obediência ao patriarca, como mencionou Holanda (1995) ao estudar a família patriarcal. Assim, ao longo de toda a brincadeira, não só Mateus e Bastião recebem ordens do Capitão, como também os Galantes. A hierarquia e a autoridade de posições é bastante presente no folguedo, sendo percebida entre os Galantes, que se dividem em ordem de apresentação e de prestação de favores ao Capitão, e entre Mateus e Bastião, na submissão deste em favor de daquele.



Figura 2 – O Capitão Marinho / Cavalo Marinho Boi Matuto

Fonte: as autoras

Uma vez concluída esta primeira de apresentação das figuras dentro de uma perspectiva social e econômica, a análise de cenas que evidenciam circunstâncias que põem em relevo aspectos importantes sobre as relações de trabalho estabelecidas no folguedo será explorada a seguir. A entrada de Mateus e Bastião em cena, assim como a da figura do Soldado da Gurita e do Cobrador foram os trechos escolhidos para este fim.

4.2 As relações entre Mateus, Bastião e o Capitão.

4.2.1. Indícios de resistência

A seguir, apresentamos o *Quadro II*, com descrições da entrada de Mateus e Bastião em cena:

QUADRO II - DESCRIÇÃO DAS CENAS INICIAIS DO CAVALO MARINHO

- Mateus é convidadoⁱⁱ a entrar no terreiro pelo Capitão, que está precisando de um empregado para tomar conta de suas terras.
- Mateus entra em cena mantendo o maior contato possível com a terra, fazendo passos próximos ao chão.
- O Capitão convida Mateus para “tomar conta e dar conta” da fazenda.
- O Capitão pede que Mateus convide alguém com quem possa dividir o trabalho.
- Mateus convida Bastião, a mando do Capitão, para trabalharem em conjunto.
- Bastião entra em cena também com contato freqüente com o chão.
- Mateus e Bastião se cumprimentam sentados ao chão.
- Bastião cumprimenta o Capitão e é contratado.
- Mateus pede a presença da mulher (Catirina) no terreiro, o que é imediatamente aceito pelo Capitão.
- O Capitão informa a Mateus que está organizando uma festa e que nela estará presente um Soldado.ⁱⁱⁱ
- Mateus e Bastião não aceitam a presença do Soldado e começam a subverter as ordens do Capitão, evitando que o Banc^{iv}o tenha oportunidade de tocar a toada que este pedira (que servia para chamar o Soldado a entrar em cena).
- Mateus tenta persuadir o Soldado a não entrar no terreiro.
- O Capitão chama o Soldado da Gurita e pede que ele resolva a situação, prendendo Mateus e Bastião por sua rebeldia.
- O Soldado da Gurita consegue, por meio da força, que Mateus e Bastião dêem licença para que o Capitão inicie a festa.
- Mateus e Bastião conseguem, por fim, expulsar o Soldado do Terreiro por meio de bexigadas.

Fonte: as autoras.

O momento da contratação das figuras já demonstra algumas características das relações de trabalho representadas no brinquedo. As relações entre Mateus e o Capitão mostram-se bastante pessoais e patriarcais, traços estes que culminam com a negociação direta e pessoal do acerto financeiro referente ao trabalho a ser executado e com o uso da expressão “Capitão Mateusinho” pelo Capitão e “Senhorzinho” por Mateus, dentro do enredo analisado (OLIVEIRA, 2006, p. 272).

No momento da negociação, Mateus faz uma aparentemente confusa proposta de pagamento: “Eu cobro doze, redoze, dezesseis com quatorze, uma buxada e uma beirinha de samba. Tá valido?” (OLIVEIRA, 2006, p. 274). Tanto nesta como em todas outras cenas que envolvem este tipo de acerto, com outras figuras, a proposta do trabalhador envolve cálculos numéricos referentes a pagamentos monetários, assim como aditivos referentes a pagamentos não-monetários. Alguns, inclusive, não chegam a cobrar pagamento monetário, enfatizando seu acerto em medidas não monetárias.

É importante dar relevo ao fato de que a contratação foi baseada em aspectos referentes ao trabalho em família, seja para executar trabalhos conjuntos para o Capitão (como no caso de Mateus e Bastião), seja para dar suporte – neste caso, sem executar trabalhos diretos sob os mandos do Capitão. Esta última possibilidade fica patente com a presença de Catirina no terreiro, uma vez que ela não dialoga diretamente com o Capitão, mas está sempre apoiando e dançando com Mateus e Bastião. Este ponto remete aos tempos da Morada, onde se evitava ao máximo a presença das mulheres em trabalhos nos canaviais, embora elas trabalhassem no sítio cedido pelo proprietário, contribuindo para o sustento da família (DABAT, 2007).

O fato de Mateus e Bastião estarem no cenário associados ao elemento da terra é bastante revelador na medida em que a terra é o elemento fundante das relações sociais hierárquicas na zona da mata. A conexão das figuras a terra remonta às origens dos conflitos e de suas necessidades. Ela é inclusive o objeto de luta e de desejo dos trabalhadores rurais, representando sustento econômico e autonomia. O fato de se encontrarem e se “encangarem”^v na terra, mostra como ela também é um elemento de identificação entre eles.



Figura 3 – Mateus e Bastião encangados / Cavalinho Estrela da Manhã

Fonte: as autoras

Quando Mateus ainda está sentado no chão, dá-se início a uma passagem em que o Capitão pede para que Mateus se levante.

Capitão - Levante para falar comigo!

Mateus – O senhor ta acuado com eu, é?

Capitão: Não Senhor! Levante para falar comigo! (OLIVEIRA, 2006, p. 272)

A imposição do Capitão para Mateus levantar-se do chão aparece em diversos folguedos de Cavalos Marinhos. Em alguns deles, Mateus diz que “está com preguiça”, o que pode ser interpretado, à primeira vista, como indisposição do personagem para o trabalho - ou ainda, como uma forma de resistência. Entretanto, se considerarmos a terra enquanto elemento de disputa entre as classes a que pertencem, o Capitão dá indícios de tentativas de manter Mateus longe da menor possibilidade de riqueza e ascensão, num exercício de dominação econômica. O próprio Mateus, no momento da entrada de Bastião, pede para que seu “pareia” levante do chão na hora de falar com o Capitão. Estas atitudes espelhadas no Capitão, onde a figura repete ou antecipa suas falas, demonstram uma busca por mobilidade social, por escapar da posição de ‘cativo’.

Apesar de não podermos estabelecer uma associação entre esta atitude como uma representação da *lealdade*, alcançando a identificação pessoal, como proposto por Prates e Barros (1997), podemos ao menos notar que a ascensão almejada se projeta no sentido já existente e personificado pelo Capitão, e não em direção a outro posicionamento que pressuponha a existência/criação de outra estrutura social. Esta busca por mobilidade se daria num sentido de identificação absoluta ao querer alcançar a posição do Capitão, o que termina por representar uma forma de dominação ainda mais forte que a econômica, pois que se reproduz no pensamento, nos desejos e nos valores.

Dentro da perspectiva abordada neste trabalho, o brinquedo não é uma manifestação de conformação ou de resistência, mas de conformação e resistência, numa relação dialética. É justamente por isso que passagens como as descritas acima não podem ser encaixadas numa única categoria pré-fixada. Essas manifestações não podem, portanto, ser consideradas a manifestação de uma “cultura dominada”, mesmo considerando seus elementos de reforço à ordem, mas sim de uma cultura “dos explorados”, de forma que suas capacidades não podem ser limitadas a *reprodução* os valores dominantes, mas também de *criação genuína* (CHAUI, 2001). É neste sentido que a resistência pode ser demonstrada em

tentativas de ascensão social, de usurpação ou subversão do poder e da ordem, da propagação da desordem e do uso indiscriminado do cômico.

A autoridade tradicional, representada pelo Capitão, é respeitada ao mesmo tempo em que é motivo de deboche. Deboche este que pode ser é feito de maneira sutil, astuciosa e cômica. Em diversas falas, através de uma falsa ingenuidade, percebemos a tentativa de Mateus em desmoralizar o capitão, que por sua vez sempre retoma a sua posição corrigindo o “erro despercebido”.

Capitão- É esse teu pareia Mateus?

Mateus – É sim, meu Capitão, é parente meu. O olho de um é o butico do outro. Eu trouxe ele pra **botar na sua roda...**

Capitão- **...na roda do terreiro...**

Mateus: E então! (OLIVEIRA, 2006, p. 279) (grifos das autoras)

Essas atitudes de irreverência e comicidade em relação ao Capitão não são executadas apenas por Mateus e Bastião, mas também por outros personagens que fazem parte de uma classe trabalhadora, através de frases com duplo sentido. Diante da correção de sentido feita pelo Capitão, em todos os casos, como no exemplo citado acima, os trabalhadores retiram sua formulação inicial. Pode-se considerar que esta é uma atitude de proteção que eles estabelecem – a de evitar conflitos por meio da manutenção de uma relação pessoal e amigável com o Patrão.

Não. Não.. é uma coisa da.. da graça mesmo não é? De como se fosse um **palhaço** ali.. pro pessoal rir entendeu? [...] Né? É como se fosse uma graça, uma coisa pra... pra você rir, pra interagir, entendeu? **Não é nada de desrespeito não!** (grifos das autoras)

Assim, a comicidade, embora represente em última análise uma ridicularização das autoridades e uma atitude de subversão, não é considerada como um desrespeito ao Capitão, como explicou acima Pedro Salustiano. Da mesma maneira, inclusive, o Capitão participa da comicidade da brincadeira, fazendo, ele mesmo, suas intervenções cômicas. Desta forma, percebe-se que o humor é voltado a todos os personagens e todas as classes, sem restrições. Enquanto os brincantes riem das autoridades estabelecidas, riem também de si próprios.

Mateus e Bastião dão, nestas primeiras cenas, verdadeiras demonstrações de desobediência aberta, de resistência à venda da força de trabalho e de questionamento da ordem vigente. Esses elementos podem ser percebidos em dois momentos: no contrato e no convite à entrada do Soldado da Gurita. A conhecida expressão “tomo conta, mas não dou conta [das terras]”, proferida por Mateus na hora do contrato, demonstra claramente suas intenções de inversão e subversão da ordem estabelecida. Estas intenções são concretizadas no momento em que o patrão deixa as terras aos cuidados dos dois empregados, que começam a comandá-la e que não a devolvem ao Capitão no momento de seu retorno. Este é o motivo pelo qual o Soldado é convocado na maioria dos brinquedos^{vi}. Estas intenções também ficam evidenciadas na própria tentativa de impedir a entrada do Soldado, que por si só, representa a ordem, assim como a violência e a impunidade a favor do Capitão.

Ao contrário das tiradas cômicas, da qual participam todos os personagens num tom jocoso e irreverente, engraçado e descontraído, libertário e resistente, a atitude de “tomar conta” das terras é considerada um desrespeito ao Capitão. Uma atitude errada.

Quando tem desrespeito com o Capitão, ele toma as providências como tomou quando entrou o soldado, claro, o Mateus estava fazendo coisa **que não deveria** fazer e ele manda chamar o soldado para prender os dois. **E depois segue mil maravilhas...** (SALUSTIANO, 2009, grifos das autoras)

O uso da violência em relações de trabalho na zona da mata é um resquício do período escravista que perdurou por muitos anos após o término da escravidão (DABAT, 2008). É patente em análises da estrutura social da região, a convivência entre público e o privado, a ponto de a Polícia passar a ser considerada uma milícia privada.



Figura 4– Soldado da Gurita e Mateus / Cavalinho Estrela da Manha

Fonte: as autoras

A violência exercia uma função social e econômica (tornando-se parte integrante do regime de trabalho) na medida em que pressionava os trabalhadores a aceitarem quaisquer condições de trabalho e de remuneração (DABAT, 2008). O apelo à força para garantir obediência dos negros, inclusive, aparece como legítimo no discurso de Pedro Salustiano^{vii}, para quem Mateus e Bastião estavam *desrespeitando* o Capitão, fazendo coisas erradas, do que resultou que o Capitão *tinha* que chamar o Soldado. Depois que os dois empregados “dão licença ao Capitão”, “*tudo segue às mil maravilhas...*” (SALUSTIANO, 2009).

De acordo com muitos brincantes, depois deste momento, Mateus e Bastião passam a obedecer ao Capitão Marinho. Entretanto, as figuras não perdem sua postura cômica e irreverente diante do público.

4.2.2. Indícios de dominação?

Depois do encontro de Mateus e Bastião com o Soldado, a atitude daquelas figuras se modifica. Convém lembrar que as próximas relações descritas são predominantes em termos de duração no brinquedo e repetem-se constantemente deste ponto em diante nas representações. A passagem descrita a seguir acontece entre o Capitão, Mateus, Bastião e o Cobrador.

QUADRO III- DESCRIÇÃO DA CENA DO COBRADOR

- O Cobrador entra no terreiro para fazer uma cobrança
- Mateus e Bastião recebem-no com bexigadas
- O Cobrador pergunta a Mateus onde fica a casa do “Capitão dos cavalos” (cavaleiro) e promete-lhe dinheiro em troca da informação.
- Mateus ensina ao Cobrador como chegar à Casa do Capitão.
- O Cobrador encontra o Capitão e afirma que o mesmo levará o Cavalo, prometera pagar depois e não voltara para pagar a dívida.
- O Capitão nega que está devendo dinheiro e que conhece o Cobrador.
- Uma briga começa a ser executada entre os dois.
- As duas figuras iniciam uma disputa pra ver quem comanda melhor o Cavalo a fim de provarem a procedência do mesmo. Neste episódio Mateus apóia o Capitão, relacionando-se com o Cavalo, através dos comandos do Capitão, melhor que o Cobrador. Este perderá a disputa para o Capitão graças a habilidade de Mateus junto ao animal.
- O Cobrador termina por se retirar da brincadeira sem receber o pagamento que viera cobrar.

Fonte: as autoras.

O dinheiro está presente em quase todas as cenas do brinquedo, seja através dos acordos, das empreitadas, das cobranças e lutas ou ainda como um elemento de persuasão. Quando se inicia o diálogo entre Mateus e o Cobrador, o dinheiro aparece como mola propulsora das ações, de forma que aquele aceita inicialmente o suborno deste, cedendo a informação desejada – agindo de maneira que vai de encontro aos interesses do Capitão. Neste momento Mateus age em prol de si mesmo. Portanto, a recepção ao Cobrador, inicialmente violenta, pode ser relacionada apenas ao cumprimento de ordens e não à identificação absoluta e defesa dos interesses do Capitão como interesses próprios de Mateus. Este fato evidencia que Mateus e Bastião, ainda que cumpram as ordens do Capitão, possuem e defendem interesses próprios, mesmo que dentro de certos limites e através de uma esperteza malandra, tentando tirar vantagem das situações. Justamente por essa malandragem, na hora em que está na presença do Capitão e do Cobrador, Mateus prefere defender os interesses do Capitão, mesmo sabendo que se o Cobrador adquirisse o pagamento devido daria uma determinada quantia a ele, como pagamento prometido pela informação de onde se encontrava o Capitão.

Uma vez que o Capitão raramente desembolsa os pagamentos prometidos, é importante afirmar que outras figuras podem desempenhar o papel de cobrador na brincadeira, basta que para isto exijam pagamento pelo serviço que prestaram. Neste momento, geralmente inicia-se uma disputa, não só com o Capitão, mas

também com os Galantes e com Mateus e Bastião, que terminam por se engajar na luta iniciada com objetivo de proteger o patrimônio material do Capitão, que vai escalando um a um dos seus Galantes e empregados para lutar, de acordo com uma hierarquia que se inicia no 1º Galante e segue até Bastião^{viii}. A presença de Mateus e Bastião nesta luta contra pessoas que num plano econômico estão mais próximas deles do que o próprio Capitão pode ter diversos significados – poderia ser relacionada ao desejo de preservar ou desenvolver os laços *personais* com o patrão, mas principalmente à *dependência* que as figuras têm do mesmo para garantir a sobrevivência e ainda ao medo da *repressão* que pode advir da desobediência.



Figura 5 - Capitão Marinho lutando / Cavalinho Boi Matuto

Fonte: as autoras

Um ponto em especial fica bastante claro: os dois empregados estão incluídos no “círculo familiar”, numa relação de maior confiança com o patrão, o que pode explicar o fato de que se comportam como se fossem hierarquicamente superiores a muitas figuras que fazem acordos financeiros com o Capitão. Isso pode denotar ainda presença de uma maior identificação vertical (com o patrão) do que horizontal (de classe) devido a uma compensação das diferenças sociais e econômicas por meio de uma classificação de caráter moral e da presença de uma relação de *consideração* entre as figuras.

O Capitão tem uma relação amigável com Mateus e Bastião - uma relação que *segue às mil maravilhas...* depois do episódio do Soldado -, e isto parece transformar a classificação de caráter moral que o Capitão recebe: no momento da punição aparece como um ‘mau patrão’, mas depois passará a ser representado

como um 'bom patrão' para os dois negros. A explicação dada para o caráter do Capitão por Pedro Salustiano é: "tem pessoas que acham [o Capitão] um patrão bom, tem outras que acham um patrão ruim. Em alguns momentos tem as *regras*, né? Em outros momentos tem as *pessoas*" (SALUSTIANO, 2009). Percebemos, portanto, que há momentos de necessária impessoalidade e aplicação das regras (momentos ruins) ou pessoalidade e consideração das pessoas (momentos bons) na relação do Capitão com as demais figuras. Os momentos em que o Capitão é 'mau' são justificados ainda como *necessários*.

Em outra mão, fica patente o quanto é atribuído ao Capitão um papel de 'ordenador do real', o qual seria obrigado a cumprir independente de seus sentimentos e desejos. Isso ficaria claro na fala de Salustiano, quando ele se refere ao fato de que o Capitão, apesar da pessoalidade que foi demonstrada em sua relação com Mateus e Bastião, chama o Soldado da Gurita^{ix} para puni-los no momento em que eles infringem as regras. A este fato não é atribuída uma característica de maldade ou crueldade a *peessoa* do Capitão, mas ao simples cumprimento de seu *dever*. Uma vez resolvido o conflito, as relações pessoais podem continuar a imperar da mesma forma que antes, uma vez que a pessoalidade na relação não está diretamente correlacionada à impessoalidade da execução do papel ao qual o Capitão estaria atrelado.

Esta constatação, unida à análise da cena citada acima, mostra que as relações pessoais passam a dominar deste momento em diante, na busca por uma aproximação e fortificação dos laços - e conseqüente fuga da impessoalidade, da lei, da punição.

Não há uma maneira exata de classificar as atitudes das figuras ou de determinar as causas específicas das atitudes das mesmas, pois têm um sentido subjetivo específico para cada pessoa que assiste a brincadeira. As observações deste estudo acerca das figuras não serão as mesmas que as dos próprios brincantes e dos diferentes grupos. Desta maneira, apenas foi possível levantar algumas possibilidades, baseadas em nossas referências e vivências, de explicações para as relações de trabalho descritas, de forma que o trabalho, mesmo

não podendo considerar-se objetivo e absolutamente representador dos brincantes, se configurou numa possibilidade de compreender as relações de trabalho construídas a partir da perspectiva dos trabalhadores e da análise de uma linguagem lúdica.

5. Conclusões

A narrativa do Cavalo Marinho demonstra muitos aspectos relativos às relações de trabalho que são descritos historicamente, de forma que existe um paralelo entre as relações historicamente estabelecidas na zona da mata pernambucana e o discurso proferido pelo brinquedo. Assim, ele não pode ser observado apenas como produtor de divertimento e catarse, mas também como uma narrativa histórica sobre a realidade da região canavieira. Sua manifestação, que é passada de geração em geração, serve como o registro de uma forma de lidar e sobreviver à realidade de trabalho imposta.

Os traços das relações de trabalho mais marcantes encontrados nas cenas analisadas do brinquedo neste artigo foram: hierarquia, relação pessoal, patriarcalismo, malandragem, violência, patrimonialismo, presença de elementos não monetários para pagamentos de serviços e impunidade patronal. Como uma forma de facilitar o relacionamento dessas características aos fatos analisados anteriormente, as informações foram sintetizadas no *Quadro IV*, que segue.

QUADRO IV - RELAÇÃO ESTABELECIDA ENTRE MOMENTOS DO ENREDO E TRAÇOS DAS RELAÇÕES DE TRABALHO	
Traços / Categorias	Momentos do enredo
Hierarquia	<ul style="list-style-type: none"> - Centralização do poder - Presente na relação entre Capitão e os Galantes; - Presente na relação entre Capitão e o Mateus e Bastião; - Presente entre os Galantes;
Presença de elementos não monetários de pagamento	<ul style="list-style-type: none"> - Presença da família (Catirina) morando dentro das terras do Capitão; - Negociações entre Capitão / Mateus e Bastião; - Negociações entre Capitão e Soldado;
Relação pessoal	<ul style="list-style-type: none"> - Contrato de trabalho negociado diretamente entre patrão/empregado; - Busca por preservação dos laços pessoais com o Capitão; - Tratamento entre Capitão e Mateus por diminutivos;

Patriarcalismo	<ul style="list-style-type: none"> - Tratamento da família e dos empregados nos mesmos moldes; - Participação de Mateus e Bastião em um círculo de relação mais restrito; - Engajamento dos dois negros nas lutas pessoais do Capitão; - Presença de certa dose de proteção e aproximação unida a severas punições para Mateus e Bastião;
Malandragem	<ul style="list-style-type: none"> - Resistência a venda da força de trabalho; - Tentativa de tomar as terras do Capitão; - Busca pela ascensão social; - Defesa de interesses próprios contrários aos interesses do Capitão;
Violência	<ul style="list-style-type: none"> - Violência exercida pelo Capitão por causa da desobediência dos empregados; - Violência exercida por Mateus e Bastião para expulsar elementos indesejados das terras do Capitão (ex: Cobrador, Soldado);
Patrimonialismo	<ul style="list-style-type: none"> - Transformação da Polícia em milícia privada;
Impunidade	<ul style="list-style-type: none"> - Relacionada àqueles que servem aos interesses do Capitão (seja o Soldado, os Galantes ou mesmo Mateus e Bastião); - A não efetuação de pagamentos por parte do Capitão;

Fonte: as autoras.

Através dele, foi possível inferir um paralelo também com as fases históricas do trabalho nesta região. Apesar de os elementos e vocábulos do folguedo serem representativos de diversos momentos históricos relacionados à zona da mata pernambucana, com base nos dados sintetizados no *Quadro I*, a maioria dos fatos e traços analisados relacionam-se prioritariamente com o período da Morada, muito embora esta predominância não possa ser generalizada para o brinquedo como um todo.

Durante a pesquisa foi possível observar que ora o referencial teórico ampliava a compreensão acerca das relações de trabalho ora não era suficiente para fazer entender as mesmas. Notadamente o propósito de permitir transpassar a percepção dos brincantes do Cavalo Marinho sobre o trabalho e suas características se defrontou com as divergências na interpretação e na atribuição de significações entre pesquisadores e brincantes. As observações de campo, assim como as diversas conversas e entrevistas tidas com brincadores possibilitaram uma maior aproximação com as expressões e compreensões dos mesmos, a fim de poder confrontá-las com as teorias e conceitos presentes na literatura sobre a região. Entretanto, a análise de dados ainda é uma tentativa incompleta e parcial de dar voz

dos trabalhadores. Naturalmente, não é totalmente representativa dos sentidos que os trabalhadores atribuem ao brinquedo e às relações que ali se desenvolvem.

Apesar dessas limitações, o trabalho sistematiza e ressalta diversas características e aspectos chave para uma interpretação inicial das relações de trabalho desenvolvidas no brinquedo. Procuramos demonstrar que a possibilidade de se usar de manifestações da cultura popular pode ser um poderoso meio de dar voz às condições de vida de uma população normalmente excluída dos canais formais de narração. Assim, esperamos incitar um leque de novas questões e estudos acerca destas manifestações e a possibilidade de se alcançar dimensões hegemonicamente silenciadas. A abordagem histórico-social adotada neste trabalho, neste sentido, se configurou com forte poder elucidativo.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Maria. **“Viva pareia!”**: a arte da brincadeira ou a beleza da safadeza: uma abordagem antropológica da estética do cavalo-marinho. Tese de doutorado em Antropologia, UFRJ, 2002.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 6 ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

ARAÚJO, Edval Marinho de. **O cavalo-Marinho de Catirina, Mateus e Bastião**. Ferreiros: Assis Figueiroa, 2003.

CAMAROTTI, Marco. **Resistência e voz**: O teatro do povo do Nordeste. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2001.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e Resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. 4º ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia**. São Paulo: Cortez, 2001.

DABAT, Christine Rufino. **Moradores de Engenho**: Relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: Ed. universitária da UFPE, 2007.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis**: Para uma sociologia do dilema brasileiro. 6 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DAVEL, Eduardo Paes Barreto; VASCONCELOS, João Gualberto M. Gerencia e autoridade nas empresas brasileiras: uma reflexão histórica e empírica sobre a dimensão paterna nas relações de trabalho. In: MOTTA, Fernando Prestes; CALDAS, Miguel P. (org). **Cultura Organizacional e Cultura Brasileira**. São Paulo: Editora Atlas, 1997.

FRANCO, Maria Laura P. B. **Análise de Conteúdo**. Brasília: Liber Livro, 2007.

FREITAS, Alexandre Borges de. Traços Brasileiros para uma análise organizacional. In: MOTTA, Fernando Prestes; CALDAS, Miguel P. (org). **Cultura Organizacional e Cultura Brasileira**. Editora Atlas : São Paulo, 1997.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MARTINS, Humberto Falcão. A ética do patrimonialismo e a modernização da administração pública brasileira. In: MOTTA, Fernando Prestes; CALDAS, Miguel P. (org). **Cultura Organizacional e Cultura Brasileira**. São Paulo: Editora Atlas, 1997.

MOTTA, F. C. P. Cultura e Organizações no Brasil. In: MOTTA, F. C. P.; CALDAS, M. P. (org). **Cultura Organizacional e Cultura Brasileira**. São Paulo: Editora Atlas, 1997.

MURPHY, J. P. **Cavalo-marinho pernambucano**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

OLIVEIRA, Érico José Souza de. **A roda do mundo gira**: um olhar sobre o Cavalo Marinho de Estrela de Ouro (Condado – PE). Recife: SESC, 2006. 632 p.

PRATES, Marco Aurélio S., BARROS, Betânia Tanure de. O Estilo Brasileiro de Administrar: Sumário de um Modelo de ação cultural brasileiro com base na gestão empresarial. In: MOTTA, Fernando Prestes; CALDAS, Miguel P. (org). **Cultura Organizacional e Cultura Brasileira**. Editora Atlas : São Paulo, 1997.

RICHARDSON, Roberto J. e colaboradores. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

SALUSTIANO, Pedro. **Entrevista concedida às pesquisadoras**. Olinda/PE, 15 mar. 2009.

SIGAUD, Lygia. **Os clandestinos e os direitos**: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

STAKE, R. E. Case studies. In: DENZIN, N. K.; LINCON, Y. S. **Handbook of Qualitative Research**. London: Sage publication, 2000.

ⁱ Empreitada.

ⁱⁱ A entrada de uma figura, seu desenvolvimento na cena, e sua saída são mediados por meio das Toadas, que são músicas específicas tocadas pelos integrantes do Banco (ou banda).

ⁱⁱⁱ Diferentemente deste, muitos Cavalos Marinhos que tivemos a oportunidade de presenciar em campo mostravam que o Soldado só era chamado a entrar em cena porque, durante uma viagem do Capitão, os dois negros “tomavam conta” das terras e não devolviam o poder ao Capitão quando de seu retorno.

^{iv} O Banco é a banda que toca as músicas para o desenvolvimento da brincadeira, formado geralmente pelos instrumentos: rabeca, pandeiro, bage (reco-reco) e mineiro (ganzá).

^v Este é um termo utilizado pelos brincantes para descrever a posição em que os dois se encontram – ficam sentados na terra, abraçados, virados um de frente para o outro, com as pernas transpassadas.

^{vi} Vale ressaltar que no enredo transcrito por Oliveira (2006) Mateus e Bastião não chegam a comandar o terreiro, uma vez que o Capitão não deixa as terras para viajar. Além disso, o Soldado não é convocado para conter os dois negros, mas aparece como um convidado para a Festa dos Reis. A figura é rechaçada pelos dois empregados da mesma maneira, sendo este o motivo que dá início à luta entre eles e o Soldado.

^{vii} Pedro Salustiano é brincante do Cavalo Marinho Boi Matuto (Cidade Tabajara, Olinda/PE).

^{viii} Esse momento não é descrito no enredo transcrito por Oliveira (2006), embora tenha sido bastante observado nas visitas a campo, por vezes sendo relacionado à figura do Mestre Ambrósio.

^{ix} Num primeiro momento da apresentação, Mateus e Bastião subvertem as ordens do Capitão abertamente, tentando roubar-lhe o poder, sendo depois são punidos pelo Soldado da Gurita sob ordens do Capitão.